

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.032 - MS (2019/0167506-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : L G (PRESO)

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

LÚCIA GUERRERO alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul** no HC n. 1404675-50.2019.8.12.0000.

Consta dos autos que a recorrente foi presa preventivamente em 19/3/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, c/c os arts. 40, III e VI, e 35, *caput*, todos da Lei n. 11.343/2006 e art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, na forma do art. 69 do Código Penal.

Nesta Corte, a defesa sustenta, em síntese, a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP. Para tanto, acentua que "trata-se de agente primária, que possui residência fixa e trabalho lícito, não apresentando risco de empreender fuga, portanto, não preenchendo os requisitos para a decretação da prisão preventiva" (fl. 185).

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da custódia cautelar.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

O Juiz de primeiro grau decretou a prisão preventiva nos seguintes termos:

Primeiro, as testemunhas Luiz Miguel Rolon Fretes e Odivaldo Gonzalez, foram unânimes em declarar que pessoa denominada como "chuck" também investigado por crime de tráfico de drogas em pedido diverso, utilizava-se de inúmeras pessoas para realizar o transporte e entrega de entorpecentes, entre elas a pessoa de Everton Vinícius Perin Delgado. Narrou que este efetuava o transporte da cidade de Campo Grande-MS para esta

cidade através da empresa de ônibus viação Cruzeiro do Sul, sendo que, ambos os investigados, sempre viajam juntos para Campo Grande-MS.

Afirmaram, ainda, que outra pessoa enviada à capital para buscar os entorpecentes era a pessoa de Luis Fernando Esquenone Batista, vulgo "pixuri". A testemunha Odivaldo, enfatizou, ainda, que Luis Fernando lhe entregava peças de moto que continham em seu interior substância entorpecente.

No mais, a testemunha Luiz Miguel relatou que Luiz Eduardo de Souza e Geovani Villalba Aguilera, são as pessoas encarregadas de trazer maconha da cidade de Bela Vista-MS para Porto Murtinho-MS. Informou, inclusive, que já comprou drogas de Luiz Eduardo, em uma festa denominada como "social" que ocorria em uma pousada nesta cidade. Informou que os encarregados para a revenda da drogas trazidas por Geovani e Luiz Eduardo seriam as pessoas de Thalyson Arguelho dos Santos e Lúcia Guerreiro.

A testemunha Rosivaldo Goês Campos, por sua vez, declarou que Geovani e outra investigada Jamille, já recolhida cautelarmente em razão de outra representação, realizavam a venda drogas nas festas mencionadas acima.

Rosivaldo em continuidade ao depoimento, mencionou a pessoa de Armando Felipe Ramires Pereira, como sendo uma das pessoas que freqüentavam a casa de Robson, vulgo "tiozinho", também já sendo investigado pelos mesmos fatos, para comprar grande quantidades de drogas para revender.

Frise-se, por oportuno, Luiz Eduardo de Souza e Geovani foram flagrados transportando substâncias entorpecentes e encontram-se presos preventivamente na Delegacia de Polícia desta cidade.

Em seguida, Rafael Acosta Ribeiro prestou declarações perante a autoridade policial, admitindo que efetuava a venda de substâncias entorpecentes para "chuck", indicando, ainda, a pessoa de Everton Perin como uma das pessoas que, de igual modo, revendiam as substâncias ilícitas. Corroborou, ainda, o fato de que Everton e "chuck" traziam as referidas drogas da cidade de Campo Grande-MS.

Demais disso, conforme o contido à f. 09, houve a realização de denúncia anônima, na qual o soldado da Polícia Militar Luiz Henrique da Silva Ferreira, informou ter recebido uma denúncia anônima, que constava que

Rafael Acosta estaria trazendo para cidade de Porto Murinho substância entorpecente, cujo proprietário seria a pessoa de Talyson e que na residência de Lúcia Guerreiro havia um ponto de venda de drogas.

Outrossim, vislumbra-se as conversas realizadas entre os investigados, conforme as cópias anexadas às f. 30/35 e f. 50, além das demais provas colacionadas aos autos, as quais demonstram concretamente os indícios de que os investigados praticaram as condutas delituosas que lhes são imputadas.

No que concerne ao chamado *periculum in mora* a justificar a prisão cautelar dos representados, também está presente. Isso porque, a segregação dos investigados se faz imprescindível para o sucesso das investigações no curso do inquérito policial, restando patente que a liberdade dos representados vêm a comprometer a ordem pública, na medida em que **respondem por crimes de extrema gravidade e que por si só, se revelam uma grande ameaça à sociedade, além de embaraçar a identificação de pessoas ligadas ao verdadeiro esquema montado para a prática desta espécie de ilícito** (fls. 86-87, destaquei).

O Tribunal estadual, por sua vez, ressaltou que:

O juízo *a quo* indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva da paciente, nos seguintes termos (p. 82-84, dos autos de nº 0000328-33.2019.8.12.0040):

"No que tange a prisão preventiva dos autuados **Lúcia Guerreiro** e Thalyson Arguelho dos Santos, entendo que deve ser mantida, porquanto encontram-se presentes os requisitos autorizaram a decretação da medida aplicada. Primeiro, porque existentes os indícios de autoria e materialidade, vez que **foram encontradas nas residências dos autuados substâncias análogas à maconha, além de objetos duvidosos, os quais não souberam dizer a origem**. Ademais, a gravidade da conduta está estampada no próprio crime praticado, em tese, pelos flagrados, qual seja, o tráfico de drogas, delito este que traz sérias conseqüências à sociedade, sendo certo que a atividade de traficância, via de regra, envolve a repetição de atos criminosos, o que

gera instabilidade social e sensação de insegurança na coletividade. Por derradeiro, não visualizo a possibilidade de aplicação de outras medidas diversas da prisão, por não se mostrarem adequadas à gravidade dos crimes, além de não afastarem a necessidade de garantia da ordem pública. Ademais, cumpre destacar, que condições pessoais favoráveis, como residência fixa e ocupação lícita, não são suficientes para garantir a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos que recomendam a manutenção da custódia cautelar.

Assim, diante do exposto hei por bem ratificar os termos da decisão de f. 78/82, proferida nos autos nº 0000293-73.2019.8.12.0040, que decretou a prisão preventiva dos indiciados Lúcia Guerreiro e Thalyson Arguelho dos Santos e indeferir o pedido formulado às f. 55/62. (...)"

Vê-se que a segregação cautelar está fundamentada nos termos do artigo 313, do CPP, pois verificados os pressupostos do artigo 312, do mesmo diploma legal, quais sejam: *fumus comissi delicti* (existência de prova da materialidade e indícios da autoria) e *periculum in libertatis* (para garantir a ordem pública), **considerando-se a elevada gravidade em concreto dos delitos de tráfico de drogas, associação ao tráfico e corrupção de menores, supostamente cometido pela paciente, porquanto as investigações policiais demonstraram que após o furto de duas camionetes pertencentes ao IAGRO, constatou-se elas seriam vendidas, para fins de aquisição de entorpecentes. Apurou-se que a paciente, em tese, participou ativamente dos crimes, pois estaria vendendo substância entorpecente na sua residência.**

Desse modo, patente a gravidade concreta dos delitos, ante a demonstração de a paciente possuir, em tese, envolvimento em possível associação criminosa, voltada a prática de tráfico de drogas, além da presente reiteração delitiva demonstrada, idôneos são portanto, os fundamentos a amparar a manutenção da custódia cautelar (fls. 164-165, destaquei).

Destarte, ao menos à primeira vista, a constrição cautelar se mostra medida **adequada e necessária** para fragilizar a própria estrutura organizacional da qual, em tese, faz parte a insurgente – a qual foi presa

junto a outras 6 pessoas – e, por conseguinte, cessar a prática de novas infrações penais e **garantir-se a ordem pública**.

Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que "se justifica a decretação de prisão de membros de organização criminosa **como forma de interromper as atividades do grupo**" (RHC n. 70.101/MS, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 5/10/2016, destaquei).

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado no recurso, em especial a respeito do andamento do processo e se sobreveio seu julgamento.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Em tempo, corrija-se a autuação para fazer constar o nome da recorrida por extenso, uma vez que o segredo de justiça não abrange o anonimato do autor do crime.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**